



DECRETO Nº 10

de 30 de janeiro de 2009

APROVA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Evandro Antonio Bazzo, Prefeito do Município de Jardim, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município.

Art. 1º..

Fica aprovado o Regimento Interno do CAE - Conselho Municipal de Alimentação Escolar.

Art. 2º..

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO
ESCOLAR/CAE DO
MUNICÍPIO DE JARDIM ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
CAPITULO I**

DAS ATIVIDADES DO CONSELHO

Art. 1º O Conselho de Alimentação Escolar regido pela Lei Municipal nº 892/92 de 20 de fevereiro de 1997 e alterada pela Lei nº 1003/2000 de 11 de agosto de 2000 tem como finalidade assessorar o Governo Municipal na execução do programa de assistência e educação alimentar junto aos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino fundamental mantidos pelo município, motivando a participação de órgãos públicos e da comunidade na consecução de seus objetivos, tendo seu funcionamento regulado por esse Regimento Interno.

Art.2º Compete ao Conselho de Alimentação Escolar:

I - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos á conta Programa de Alimentação escolar (PNAE);

II - Zelar pela qualidade dos produtos, em todos níveis, desde a sua aquisição até a distribuição, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;

III - receber e analisar a prestação de contas do PNAE enviadas pela Entidade Executora e remeter ao Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), com parecer conclusivo;

IV orientar sobre o armazenamento dos gêneros alimentícios nos depósitos e/ou escolas;

V comunicar à Entidade Executora a ocorrência de irregularidade com os gêneros alimentícios (tais como vencimentos de prazo de validade, deterioração, desvios e furtos) para que sejam tomadas as devidas providências.

VI apreciar e votar, anualmente, o plano de ação do PNAE a ser apresentado pela Entidade Executora;

VII - divulgar em locais públicos os recursos Financeiros do PNAE transferidos à Entidade Executora;

VIII- apresentar relatórios de atividades ao FNDE, quando solicitado;

IX - comunicar ao FNDE, o descumprimento das diretrizes estabelecidas pelo PNAE;

X - colaborar na elaboração do cardápio a ser adotado nas unidades escolares do município;

PARÁGRAFO ÚNICO - A execução das proposições estabelecidas pelo Conselho de Alimentação Escolar ficará a cargo do órgão de educação do município.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 3º - O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante do Poder Executivo Municipal indicado pelo prefeito;

II - 1 (um) representante do Poder Legislativo indicado pela Mesa Diretora da Câmara Municipal;

III - 2 (dois) representantes dos professores das escolas municipais;

IV - 1 (um) representantes de pais de alunos;

V - 1 (um) representante de pais de alunos indicado pela Associação de Pais e Mestre;

VI - 1 (um) representante da OAB/MS, sucessão de Jardim- MS.

§ 1º - A cada Conselheiro efetivo corresponderá um suplente, indicado pela mesma entidade;

§ 2º - A nomeação dos representantes efetivos e dos suplentes será feita mediante Decreto do prefeito, pelo prazo de 2 (dois) anos, podendo ser renovado por igual período, uma única

§ 3º - O exercício do mandato de Conselheiro é considerado serviço público relevante e não será remunerado.

§ 4º - Dentre os membros titulares deverá ser escolhido o Presidente e vice Presidente do Conselho de Alimentação Escolar;

CAPITULO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 4º - São atribuições do Presidente:

I *Coordenar as atividades do Conselho*

II *convocar as reuniões do Conselho, dando ciência aos membros ;*

III - *abrir, prorrogar, encerrar e suspender as reuniões do conselho;*

IV *assinar as atas uma vez aprovadas, juntamente com os demais membros do Conselho;*

V *conceder a palavra aos membros do Conselho, não permitindo divagações ou debates estranhos ao assunto;*

VI *dar ciência das justificações de ausência dos membros do Conselho;*

VII *representar socialmente o Conselho e delegar poderes aos seus membros para que façam essa representação;*

VIII - *agir em nome do Conselho, mantendo todos os contatos com as autoridades com as quais deve ter relações;*

IX - *assinar os livros destinados aos serviços do Conselho e seu expediente;*

X - *Promover a execução dos serviços administrativos do Conselho;*

XI - *Colocar as matérias em discussões e votação;*

Art. 5- *O Vice - Presidente do Conselho será escolhido por seus pares para um mandato de 2 (dois) anos que poderá ser renovado;*

PARÁGRAFO ÚNICO - *O Vice-Presidente, do Conselho, terá as mesmas atribuições do Presidente durante o tempo em que substituí-lo.*

CAPITULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS CONSELHEIROS

Art. 6° - *São atribuições dos membros do Conselho:*

I *participar de todas as discussões e deliberações do Conselho;*

II *comparecer nas reuniões na hora pré-fixada; m - obedecer às normas regimentais;*

IV *apreciar e votar as proposições submetidas às deliberações do Conselho;*

V *assinar as atas das reuniões do Conselho;*

VI *apresentar retificações ou impugnações às atas;*

VII *justificar seu voto quando for o caso;*

VII - *apresentar a apreciação do Conselho quaisquer assuntos*

relacionados com suas atribuições; IX- desempenhar as funções para as quais foram designados;

Art.7º - *ficará extinto o mandato do membro que deixar de comparecer, sem justificção, a 4 (quatro) reuniões consecutivas do Conselho ou 4 (quatro) alternadas.*

§ 1º - *O prazo para requerer justificção de ausência é de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da reunião em que se verificou o fato.*

CAPITULO V

DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO CONSELHO

Art. 8º - *Os serviços administrativos do Conselho serão exercidos por um Secretário Executivo, que será designado pelo Presidente do Conselho, competindo-lhe entre outra, as seguintes atividades;*

I - *Secretariar as reuniões do Conselho;*

II - *Receber, preparar, expedir e controlar a correspondência;*

III -*Preparar a pauta das reuniões;*

IV - *providenciar os serviços de arquivo, estatísticos e documentação;*

V - *Tomar as medidas relacionadas ao transporte de alimentos;*

VI - *Lavrar as atas, fazer sua leitura e a do expediente;*

VII - *recolher as proposições apresentadas pelos membros do Conselho;*

VIII - *registrar a freqüência dos membros do Conselho às reuniões;*

IX - *Anotar os resultados das votações e das proposições apresentadas;*

X - *Distribuir n aos membros do Conselho as pautas das reuniões, os convites e as comunicações;*

CAPITULO VI

DAS REUNIÕES

Art. 9º- *As reuniões do Conselho de Alimentação escolar serão realizadas na sede da Gerência de Educação, podendo entretanto por decisão do seu Presidente ou do Plenário, realizar - se em outro local:*

Art. 10 - *as reuniões serão;*

I - *Ordinárias, de dois em dois mês, em data a ser fixada pelo Presidente;*

II - *Extraordinárias, convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Presidente, mediante solicitações de pelo*

menos um terço de seus membros efetivos.

Art. 11. *As reuniões do Conselho serão realizadas com a presença de, no mínimo, metade mais um de seus membros.*

§ 1º - *Se, no horário do início da reunião não houver quorum suficiente, será aguardado 30 (trinta) minutos a composição do número legal.*

§ 2º - *Esgotado o prazo referido no parágrafo anterior, sem que haja quorum o Presidente do Conselho convocará nova reunião, que se realizará no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas e no máximo de 72 (setenta e duas) horas.*

Art. 12 - *A convite do Presidente, por indicação de qualquer membro, poderão tomar parte nas reuniões, com direito a voz, mas sem voto, representantes dos órgãos federais, estaduais e municipais, bem como outras pessoas cuja audiência seja considerada útil para fornecer esclarecimentos e informações.*

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

ART. 13 - *Este Regimento Interno poderá ser alterado, mediante deliberação de 2/3 (dois terços) de seus membros.*

Art. 14 - *As decisões serão tomadas mediante deliberação de maioria simples, salvo as exceções previstas neste Regimento.*

Art. 15- *O Conselho de Alimentação Escolar, observada a legislação vigente, estabelecerá normas complementares relativas ao seu funcionamento e à ordem dos trabalhos.*

Art. 16 - *Os casos omissos e as dúvidas subscritas na execução do Presente Regimento serão resolvidas pelo Presidente do Conselho.*

Art. 17- *O presente Regimento Interno deverá entrar em vigor na data de sua homologação, revogando as disposições em contrário.*

Prefeitura Municipal de Jardim, em 30 de Janeiro de 2009.

EVANDRO ANTONIO BAZZO *Prefeito Municipal*

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em